

MINUPAR PARTICIPAÇÕES S/A. NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS TRIMESTRE FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2012 (em milhares de reais)

NOTA 01 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Minupar Participações S/A. "Companhia" tem por objeto principal a participação no capital de outras sociedades.

As controladas diretas Sulaves S/A. e Valepar S/A. também possuem como objeto social a participação no capital de outras sociedades, tendo como controlada direta a Companhia Minuano de Alimentos.

A controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos (Minuano) tem as suas principais atividades organizadas nos segmentos de integração avícola, abate e processamento de carne de frango, produção de produtos industrializados a base de carnes e produção de rações, também atuando na prestação de serviços para terceiros nas linhas de abate, desossa e industrialização de carnes de aves. A comercialização dos produtos com marca própria "Minuano" ocorre principalmente nos estados da região sul do Brasil além de exportar para países localizados no Oriente Médio, Europa, Ásia, África e América do Sul e Central.

NOTA 02 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis trimestrais Individuais e Consolidadas do exercício de 30 de setembro de 2012 foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com atendimento integral da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

O Conselho de Administração autorizou a divulgação das demonstrações contábeis referentes ao terceiro trimestre de 2012, em 06 de novembro de 2012.



NOTA 03 - RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1 Declaração de Conformidade

3.1.1 Demonstrações Contábeis Consolidadas

As demonstrações contábeis consolidadas da Companhia estão sendo apresentadas de acordo com os padrões internacionais de Demonstrações Contábeis (*International Financial Reporting Standards* (IFRS)), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Estas Demonstrações Contábeis foram elaboradas com base nos pronunciamentos plenamente convergentes com as normas internacionais de contabilidade, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

3.1.2 Demonstrações Contábeis Individuais

As Demonstrações Contábeis individuais da Companhia também foram elaboradas com base nas normas internacionais de contabilidade, exceto com relação a avaliação dos investimentos em controladas e coligadas pelo método de equivalência patrimonial, e conforme as IFRS seria custo ou valor justo. As demonstrações contábeis da controladora estão sendo publicadas em conjunto com as demonstrações contábeis consolidadas.

3.2 Consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas compreendem as demonstrações contábeis da Minupar Participações S/A, e suas controladas diretas Sulaves S/A e Valepar S/A e de sua controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos. Os saldos de ativos e passivos e os valores das transações comerciais foram eliminados no processo de consolidação.

3.2.1 Demonstrações Contábeis Consolidadas

A Companhia efetua a consolidação de suas demonstrações contábeis de acordo com as atuais práticas contábeis adotadas no Brasil, e em conformidade com os pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Não há diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRS's e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e o resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, desta forma a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.



3.2.2 Demonstrações Contábeis Individuais

No balanço patrimonial individual, as participações em controladas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial. De acordo com esse método, o investimento é inicialmente reconhecido pelo custo e posteriormente ajustado pelo reconhecimento da participação atribuída à Companhia nas alterações dos ativos líquidos da investida. Ajustes no valor contábil do investimento também são necessários pelo reconhecimento da participação proporcional da Companhia nas variações de saldo dos componentes dos ajustes de avaliação patrimonial da investida, reconhecidos diretamente em seu patrimônio líquido. Tais variações são reconhecidas de forma reflexa, ou seja, em ajuste de avaliação patrimonial diretamente no patrimônio líquido.

3.3 Estimativas Contábeis

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. As demonstrações contábeis da Companhia e de suas controladas incluem certas estimativas referentes às provisões de natureza trabalhista, provisão para contingências, provisão para devedores duvidosos, provisões operacionais e outras avaliações similares. Os resultados das transações podem apresentar variações em relação às estimativas quando de sua realização no futuro, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A companhia e suas controladas revisam as estimativas e premissas periodicamente, ajustando-as, quando aplicável.

3.4 Moeda Funcional e de Apresentação das Demonstrações Contábeis

A administração da companhia e de suas controladas definiu que sua moeda funcional é o Real. Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e passivos monetários são reconhecidos nas demonstrações de resultados.

3.5 Caixa e Equivalentes de Caixa

O caixa e equivalentes de caixa estão compostos pelos numerários em fundo fixo de caixa, mantidos pela Companhia e suas controladas, bem como pelos depósitos em conta corrente.

3.6 Clientes

As contas a receber são mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para perdas no recebimento de créditos. Em 30 de setembro de 2012, os saldos das Contas a Receber de Clientes referem-se a vendas nos mercados interno e externo.

3.7 Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo médio de aquisição ou fabricação, líquidos dos impostos recuperados, e não superam os preços de mercado ou custo de reposição. O valor líquido realizável é estimado com base no preço de venda dos produtos em condições normais de mercado, menos as despesas variáveis de vendas.



3.8 Impostos a Recuperar

Os impostos a recuperar são demonstrados com base nos créditos oriundos de operações de entradas e saídas de mercadorias, decorrentes da não-cumulatividade destes e também por retenções na fonte.

3.9 Demais Ativos Circulantes e Não Circulantes

Os demais ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas.

3.10 Investimentos

Os investimentos em controladas são avaliados por equivalência patrimonial na controladora. Os demais investimentos são avaliados pelo seu valor justo.

3.11 Ativos Biológicos

De acordo com a Deliberação CVM nº 596/09, os ativos biológicos são mensurados ao valor justo menos as despesas de venda no momento do reconhecimento inicial e no final de cada período de competência, exceto para os casos em que o valor justo não possa ser mensurado de forma confiável.

3.12 Imobilizado

De acordo com a Deliberação CVM nº 583/09, a Companhia e suas controladas, estabeleceram adotar o critério do custo atribuído de aquisição ou construção para tratamento contábil de seus ativos imobilizados. A Companhia e as suas controladas deverão efetuar periodicamente a análise de seus valores recuperáveis, ajustando os critérios que determinam a vida útil estimada e o respectivo cálculo de depreciação sendo eventuais efeitos de quaisquer mudanças nas estimativas contabilizadas prospectivamente.

3.13 Intangível

Os valores relativos a marcas e patentes e softwares foram classificados como ativos intangíveis, conforme Deliberação CVM nº 644/10.

3.14 Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis

No fim de cada exercício a Companhia e suas controladas, revisam o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o possível montante dessa perda. Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.



3.15 Empréstimos e Financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de resgate é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

3.16 Estimativas dos Ativos e Passivos Contingentes

Em atendimento as práticas contábeis adotadas no Brasil a Administração da Companhia e de suas controladas, mediante julgamento efetuado em conjunto com os assessores jurídicos, procederam à mensuração e, conforme o caso, a respectiva escrituração de ativos e passivos considerados contingentes que possam afetar significativamente as demonstrações contábeis. Entretanto, a liquidação dos eventos provisionados poderá ocorrer por valor diferente do estimado, fato inerente a este tipo de registro.

3.17 Ajuste a Valor Presente dos Ativos e Passivos

Quando aplicável, os ativos e passivos de longo prazo são ajustados ao seu valor presente e os de curto prazo, quando seu efeito é considerado relevante em relação ao conjunto das demonstrações contábeis. A Companhia e suas controladas efetuaram os cálculos levando em consideração os fluxos de caixa específicos de cada ativo, ou passivo, em consonância com Deliberação CVM nº 564/08.

3.18 Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente e Diferido

O encargo de imposto de renda e contribuição social é calculado com base nas alíquotas vigentes. O imposto de renda e a contribuição social diferido são reconhecidos sobre as diferenças temporárias, entre os saldos de ativos e passivos das demonstrações contábeis e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, e também sobre os saldos de prejuízos fiscais e base negativa, os quais são reconhecidos quando for provável que a Companhia e suas controladas apresentarão lucros tributáveis futuros em montante suficiente para que tais tributos possam ser utilizados, sendo que quando não forem mais prováveis que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir sua recuperação, seus valores são ajustados pelo montante esperado de recuperação.

3.19 Reconhecimento das Receitas de Vendas e de Serviços - Consolidado

A receita é reconhecida:

- (a) quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança;
- (b) é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade; e
- (c) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia e de suas controladas.



Apresentamos a reconciliação da Receita Bruta para com a Receita Liquida consolidada:

	30/09/2012			30/09/2011		
	Mercado Interno Exportação Total			Mercado Interno	Exportação	Total
Receita bruta de produtos e serviços	123.314	136.905	260.219	77.139	65.151	142.290
(-) Impostos	(12.529)	-	(12.529)	(9.669)	-	-
(-) Devoluções	(1.609)	(8.504)	(10.113)	(199)	-	_
Receita líquida de produtos e serviços	109.176	128.401	237.577	67.271	65.151	142.290

3.20 Apuração do Resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil da competência dos exercícios, tanto para o reconhecimento de receitas quanto de despesas.

3.21 Julgamento e Uso de Estimativas Contábeis

As políticas contábeis que requerem um maior grau de julgamento e uso de estimativas na preparação das demonstrações contábeis pela Administração são: (a) os créditos de liquidação duvidosa, inicialmente provisionada e posteriormente lançada para perda quando esgotadas as possibilidades de recuperação; (b) vida útil, "Impairment" e valor residual dos ativos imobilizados e intangíveis; (c) passivos contingentes que são provisionados de acordo com a expectativa de perda, (d) o valor atual de obrigações de plano suplementar de aposentadoria depende de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas.

3.22 Demonstração do Valor Adicionado - DVA

A Companhia elaborou as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) individuais e consolidadas com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações contábeis e seguindo as disposições contidas no CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, aprovado pela Deliberação CVM nº 557/08 da Comissão de Valores Mobiliários, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações contábeis conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicável às companhias abertas, no caso a Minupar, enquanto para a IFRS representam informação contábil adicional.



NOTA 04 - NOVOS PRONUNCIAMENTOS, INTERPRETAÇÕES E ALTERAÇÕES DAS IFRS

As seguintes normas, interpretações e alterações de normas já existentes ainda não estão em vigor e, também, não foram adotadas antecipadamente. No entanto, a Administração não espera que a adoção destes possa provocar mudanças ou efeitos significativos nas demonstrações contábeis atualmente apresentadas.

- a) Alterações ao IFRS 7 Instrumentos financeiros Divulgação;
- b) Alterações ao IAS 12 Tributos sobre o lucro;
- c) Alterações ao IAS 27 Demonstrações financeiras consolidadas e separadas;
- d) Alterações ao IAS 28 Investimentos em associadas;
- e) Alterações ao IAS 1 apresentação das demonstrações financeiras;
- f) Alterações ao IAS 19 benefícios a empregados;
- g) IFRS 10 demonstrações financeiras consolidadas;
- h) IFRS 11 acordos em conjunto;
- i) IFRS 12 divulgação para entidades que possuem participações em subsidiárias, empreendimentos em controle conjunto, coligadas e/ou entidades não consolidadas;
- j) IFRS 13 mensuração de valor justo;

NOTA 05 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

a) Controladora

Descrição	30/09/2012	31/12/2011
Caixa	-	-
Bancos - conta corrente	1	1
Total	1	1

b) Consolidado

Descrição	30/09/2012	31/12/2011
Caixa	9	6
Bancos - conta corrente	2.057	547
Total	2.066	553



NOTA 06 - CLIENTES - CONSOLIDADO

Descrição	30/09/2012	31/12/2011
Mercado interno	11.759	10.178
Mercado externo	41.169	11.943
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.490)	(774)
Subtotal	51.438	21.347
(-) Saques negociados	(224)	(2.102)
(-) Faturamentos antecipados	(12.270)	(2.507)
(-) Adiantamentos de clientes	(13.599)	(690)
(-) Títulos descontados	(2.095)	(4.451)
Clientes a receber, líquido	23.250	11.597

A Companhia e suas controladas têm como procedimento analisar seus títulos vencidos mensalmente, adotando critérios de provisionamento compatíveis com as práticas contábeis e em consonância com as regras fiscais. Os saldos de Saques Negociados, Faturamento Antecipado e títulos descontados foram reclassificados para o passivo circulante em atendimento às normas internacionais de contabilidade.

NOTA 07 - ESTOQUES - CONSOLIDADO

Descrição	30/09/2012	31/12/2011
Produtos prontos	6.245	4.426
Produtos em elaboração	2.807	7.208
Matérias Primas	1.856	2.289
Materiais de embalagem	1.580	1.608
Materiais de manutenção	1.022	1.065
Subtotal	13.510	16.596
Custo de entrega - CPC 30 - Receitas	11.952	2.138
Total	25.462	18.734

A Companhia e suas controladas, continuamente realizam análise de rotatividade dos bens que integram os seus estoques, através da qual constatou não ser necessária a constituição de provisão para perdas por obsolescência.

Através da adoção da Deliberação CVM nº 597/09, a controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos postergou o reconhecimento de receitas para o momento em que os requisitos da referida deliberação sejam atendidos. Em consequência disto, fora reconhecido em estoque nos períodos encerrados em 30/09/2012 e 31/12/2011 o custo vinculado a estas receitas, os quais serão reconhecidos no resultado na proporção do reconhecimento das respectivas receitas.



NOTA 08 - IMPOSTOS A RECUPERAR - CONSOLIDADO

a) Curto Prazo

Descrição	30/09/2012	31/12/2011
IRRF a recuperar	4	5
IRPJ a recuperar	2.428	1.809
CSLL a recuperar	621	673
PIS e COFINS a recuperar	2.871	1.265
ICMS a recuperar	7.338	7.384
ICMS a recuperar - Imobilizado	2.115	2.693
Crédito de Exportação (Reintegra)	415	-
Total	15.792	13.829

b) Longo Prazo

Descrição	30/09/2012	31/12/2011
IRPJ s/Prejuízos Fiscais a Recuperar	22.572	16.177
CSLL s/ Prejuízos Fiscais a Recuperar	8.283	5.959
PIS e COFINS a recuperar	263	265
ICMS a Recuperar - Imobilizado	407	
Crédito Prêmio IPI s/ Exportações	12.439	11.978
Total	43.964	34.379

Crédito Prêmio de IPI

Refere-se ao crédito sobre exportações resultante dos registros das competências entre outubro de 1982 a outubro de 1990, deduzido das compensações formalizadas até o final do ano de 2011.

> Imposto de Renda e Contribuição Social sobre Prejuízos Fiscais - Diferido

Conforme determina a Deliberação 599/09 da CVM, a controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, reconheceu créditos tributários de imposto de renda e de contribuição social diferidos, calculados sobre os prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social, provisões temporariamente não dedutíveis e valores temporariamente não tributáveis.

A seguir apresentamos a movimentação dos tributos diferidos oriundos do saldo de prejuízo fiscal e base negativa:



	Prejuízo Fiscal	Base Negativa de CSLL	IRPJ Diferido	CSLL Diferido
Saldo em 31/12/2011	59.284	61.027	14.821	5.492
(+) Adições - Resultado do Ano	25.819	25.819	6.455	2.324
(-) Compensação com Resultado Tributado	-	-	-	-
Saldo em 30/09/2012	85.103	86.846	21.276	7.816

A seguir apresentamos a movimentação dos tributos diferidos sobre diferenças temporárias:

	Provisão para contingencias	IRPJ diferido	CSLL diferido
Saldo em 30/09/2012	5.185	1.296	467

A seguir apresentamos o resumo geral dos tributos diferidos:

Imposto de Renda

	30/09/2012	31/12/2011
IRPJ sobre prejuízos fiscais	21.276	14.821
IRPJ sobre diferenças temporárias	1.296	1.296
Total	22.572	16.117

Contribuição Social

	30/09/2012	31/12/2011
CSLL sobre base negativa	7.816	5.492
CSLL sobre diferenças temporárias	467	467
Total	8.283	5.959

Conforme as projeções de resultados realizadas pela a controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, os saldos remanescentes de Imposto de Renda e de Contribuição Social diferidos serão utilizados com os seguintes lucros tributáveis:

Ano	2012	2013	2014	2015	2016	Total
Valores - R\$ Mil	17.801	46.965	68.731	89.080	101.387	323.964
Ano	2017	2018	2019	2020	2021	Total
Valores - R\$ Mil	116.280	140.019	161.320	182.368	206.121	806.109
Ano	2022	2023	2024	2025	2026	Total
Valores - R\$ Mil	232.925	263.169	297.292	335.789	379.197	1.508.373
					Total Geral	2.638.446



NOTA 09 - INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS

Em 30 de setembro de 2012 a Companhia é controladora das seguintes Empresas:

Descrição	Valepar S/A	Sulaves S/A	
% participação direta	99,985176%	99,997363%	Total
Saldo do investimento em 31/12/2011	6.389	1.477	7.866
(-) Equivalência Patrimonial	(24.794)	(5.070)	(29.864)
+ Provisão para Perdas	18.405	3.593	21.998
Saldo do investimento em 30/09/2012	-	-	-

NOTA 10 - ATIVOS BIOLÓGICOS - CONSOLIDADO

De acordo com a Deliberação CVM n°596/09, os ativos biológicos devem ser mensurados ao valor justo menos as despesas de venda no momento do reconhecimento inicial e no final de cada período de competência, exceto para os casos em que o valor justo não possa ser mensurado de forma confiável.

A controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, não valorizou seus ativos biológicos a valor de mercado em virtude de que este não tem disponível e as alternativas para estimá-los não são, claramente, confiáveis. Em tal situação, conforme a Deliberação CVM nº 596/09, o ativo biológico deve ser mensurado ao custo, menos qualquer depreciação e perda por irrecuperabilidade acumuladas.

		30/09/2012			31/12/2011
	Taxa Depreciação % a.a.	Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Aves postura	87,00%	491	(458)	33	197
Total		491	(458)	33	197



NOTA 11 - IMOBILIZADO E INTANGÍVEL - CONSOLIDADO

A controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, possuía em 30 de setembro de 2012 os seguintes saldos de imobilizado e intangível distribuídos da seguinte forma:

	T D		30/09/2012		31/12/2011
	Taxa Depreciação % a.a.	Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Computadores e periféricos	33,33%	2.561	(2.034)	527	459
Maquinas e equipamentos	5,00% - 6,67%	89.307	(45.427)	43.880	44.726
Moveis e utensílios	8,33%	8.338	(4.227)	4.111	3.893
Veículos	20,00%	1.539	(1.130)	409	473
Terrenos	0,00%	21.656	-	21.656	21.656
Prédios	2,50%	86.230	(26.409)	59.821	61.280
Imobilizações em andamento	-	43	-	43	43
Outros	0,00%	13	(7)	6	6
Subtotal imobilizado		209.687	(79.235)	130.452	132.536
Intangível		292	(107)	185	195
Total		209.979	(79.342)	130.637	132.731

A movimentação do imobilizado apresenta-se da seguinte forma:

a) Custo

	Saldo em 31/12/2011	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 30/09/2012
Computadores e periféricos	2.461	100	-	-	2.561
Maquinas e equipamentos	87.232	2.075	-	_	89.307
Moveis e utensílios	8.080	258	-	-	8.338
Veículos	1.539	-	-	_	1.539
Terrenos	21.656	-	-	-	21.656
Prédios	86.230	-	-	-	86.230
Imobilizações em andamento	43	-	-	+	43
Outros	13	-	-	-	13
Subtotal imobilizado	207.254	2.433	-	_	209.687
Intangível	289	3	-	-	292
Total	207.543	2.436	-	_	209.979



b) Depreciação

	Saldo em 31/12/2011	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 30/09/2012
Computadores e periféricos	(2.002)	(32)	-	-	(2.034)
Maquinas e equipamentos	(42.506)	(2.921)	-	-	(45.427)
Moveis e utensílios	(4.187)	(40)	_	-	(4.227)
Veículos	(1.066)	(64)	-	-	(1.130)
Terrenos	_	-	_	-	-
Prédios	(24.950)	(1.459)	-	-	(26.409)
Imobilizações em andamento	-	-	-	-	-
Outros	(7)	-	-	-	(7)
Subtotal imobilizado	(74.718)	(4.517)	-	-	(79.235)
Intangível	(94)	(13)	-	-	(107)
Total	(74.812)	(4.530)	-	-	(79.342)

A depreciação/amortização dos ativos biológicos, imobilizados e intangíveis foram distribuídas nas seguintes contas:

	30/09/2012	31/12/2011
Custo dos produtos e serviços vendidos	4.551	5.047
Despesas administrativas	11	140
Despesas com vendas	132	11
Total	4.694	5.198

Em 30 de setembro de 2012, há um total de R\$ 206, relativo a bens adquiridos através de leasing financeiro, conforme apresentamos a seguir:

Grupo	Bem	Prazo	Valor	
Veículos	Veículos de passeio	36 meses		206



NOTA 12 - INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS - CONSOLIDADO

				30/0	09/2012
Descrição	Refer.	Encargos	Vencimento	Circulante	Não Circulante
Banrisul S/A - ACC		USD + 6% a.a.	dez/12	4.171	-
Banrisul S/A - CCI	a)	CDI+6,17%a.a.	dez/12	678	
Banrisul S/A - ACE		USD + 6% a.a.	dez/12	1.792	
Banco Sofisa S/A - ACE		USD + 8,5% a.a.	dez/12	1.815	
Banco Topazio S/A - Giro		CDI+2,15%a.m.	out/12	1.994	-
Bicbanco S/A - Giro		CDI+1,30%a.m.	ago/12	660	-
Banco Sofisa S/A - Giro	b)	CDI+1,1% a.m.	jan/13	798	75
Banco Safra S/A - Giro	b)	CDI + 0,55% am	jun/12	2.061	-
Acordos Bancários	c)	TR + 0,7% a.m.	mar/21	509	4.579
Arrendamento Mercantil		-	-	80	27
Banrisul - Consórcio		-	-	18	32
Badesul S/A - Reaver	f)	TJLP+6,5% a.a.	-	2.431	4.957
Limites de Crédito		-	-	1.082	-
Totais				18.089	9.670

				31/	12/2011
Descrição	Refer.	Encargos	Vencimento	Circulante	Não Circulante
Banrisul S/A - ACC		USD + 6% a.a.	mar/12	4.182	-
Banrisul S/A - CCI	a)	CDI+6,17%a.a.	dez/12	2.747	-
Banco Topazio S/A - Giro	a)	CDI+2,15%a.m.	out/12	1.856	-
Bicbanco S/A - Giro	a)	CDI+1,30%a.m.	ago/12	2.358	-
Banco Sofisa S/A - Giro	b)	CDI+1,1% a.m.	dez/12	2.317	1.051
Acordos Bancários	d)	TR + 0,7% a.m.	mar/21	565	5.082
Arrendamento Mercantil		-	jul/13	70	147
Banrisul - Consórcio		-	-	32	-
Badesul S/A - Reaver	c)	TJLP+6,5% a.a.	mai/05	10.067	
Limites de Crédito		-	-	2.523	-
Totais				26.717	6.280

Legenda:

- a) Operação com garantia de duplicatas e aval de sócios dirigentes;
- b) Operação com garantia de duplicatas e imóvel particular de sócios dirigentes;
- c) A operação Reaver (Caixa/RS) foi objeto de repactuação em 27 de fevereiro, a Controlada Companhia Minuano de Alimentos celebrou acordo junto ao BADESUL (antiga Caixa/RS), tendo em 26 de março sido paga a 1º parcela de R\$ 3.076 mil, ficando o saldo devedor a ser pago em 45 (quarenta e cinco) parcelas mensais, com o segundo pagamento tendo ocorrido em agosto de 2012.



d) Acordo bancário realizado em 25 de março de 2011 com o Banco do Brasil S/A referente aos processos judiciais nº 017/1.03.008.229-8 e 017/1.04.0002.561-0. O acordo firmado trouxe uma redução no passivo repactuado na ordem de R\$ 4.581 mil, ficando o saldo devedor restante renegociado para pagamento até o ano de 2021.

NOTA 13- FORNECEDORES - CONSOLIDADO

	30/09/2012	31/12/2011
Fornecedores Nacionais	34.964	26.977
(-) AVP - Fornecedores	(55)	(70)
Total	34.909	26.907

Os saldos de fornecedores foram trazidos a valor presente pela controlada Companhia Minuano de Alimentos, conforme determina a Deliberação CVM n° 564/08, utilizando-se de uma taxa de desconto médio de 1,92% ao mês, durante o terceiro trimestre de 2012.

NOTA 14 - FORNECEDORES DE ATIVO FIXO - CONSOLIDADO

Os fornecedores de ativo fixo referem-se a recursos contratados com terceiros para investimentos em ativos fixos, com as seguintes características e condições:

Descrição	30/09/2012	31/12/2011
CDI	2.904	1817
CDI +6,0%aa	-	4.514
Total	2.904	6.331

NOTA 15 - SALÁRIOS A PAGAR E PROVISÕES

a) Controladora

Descrição	30/09/2012	31/12/2011
Pró-labore a pagar	159	161
Rescisões a pagar	-	8
Outras obrigações a pagar	8	
Total	167	169



b) Consolidado

Descrição	30/09/2012	31/12/2011
Provisão de férias/13º Sal	8.821	5578
Salários / Pró-labore a pagar	1.706	1639
Rescisões a pagar	15	12
Outras obrigações a pagar	1.035	476
Total	11.577	7.705

NOTA 16 - IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

a) Circulante - Controladora

Descrição	30/09/2012	31/12/2011
Impostos retidos sobre serviços	150	96
IRRF a recolher	405	364
INSS a recolher	33	37
Subtotal	588	497
Parcelamentos fiscais diversos		
Parcelamento Lei 11.941/2009	122	170
INSS	46	65
Subtotal	168	235
Total	756	732



b) Circulante - Consolidado

Descrição	30/09/2012	31/12/2011
ICMS a recolher	1.859	1.271
Impostos retidos sobre serviços	501	5.583
IRRF a recolher	685	642
IRPJ/CSLL a Recolher - Antecipação	957	
FGTS a recolher	179	41
INSS a recolher	13.258	5.919
PIS e COFINS a recolher	1	426
Funrural a recolher	-	
Outros impostos a recolher	-	
Outras contribuições s/ folha de pagamento	942	909
Outras contribuições a recolher	277	76
Subtotal	18.659	14.867
Parcelamentos fiscais diversos		
Parcelamento Lei 11.941/2009	9.957	10.004
ICMS - RS	120	108
ICMS - SP	489	382
ICMS - SC	838	1.008
FGTS	694	138
SESI/SENAI	400	378
IPTU	50	11
INSS	450	404
Subtotal	12.998	12.433
Total	31.657	27.300

c) Não Circulante - Controladora

Descrição	30/09/2012	31/12/2011
Parcelamento Lei 11.941/2009	489	72
INSS	208	239
Total	698	312



d) Não Circulante - Consolidado

Descrição	30/09/2012	31/12/2011
Parcelamento Lei 11.941/2009	60.926	64.799
ICMS - RS	-	69
ICMS - SP	1.300	1.157
ICMS - SC	4.341	5.076
FGTS	8.260	1.018
SESI/SENAI	806	923
INSS	1.327	1.591
Total	76.960	74.633

NOTA 17 - IMPOSTOS DIFERIDOS - CONSOLIDADO

a) Circulante

Descrição	30/09/2012	31/12/2011
IRPJ diferido s/custo atribuído	334	334
CSLL diferido s/custo atribuído	120	120
Total	454	454

b) Não Circulante

Descrição	30/09/2012	31/12/2011
IRPJ diferido s/custo atribuído	11.205	11.455
CSLL diferido s/custo atribuído	4.034	4.124
Total	15.239	15.579

NOTA 18 - PARTES RELACIONADAS

a) Remuneração dos Administradores

A Companhia fixou em até R\$ 125 mil reais mensais a remuneração de seus administradores em Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2012. A controlada indireta, Companhia Minuano de Alimentos fixou em até R\$ 125 mil reais a remuneração global mensal dos administradores conforme Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2012. No quadro a seguir segue a apresentação da remuneração da administração, líquida de encargos (FGTS e INSS) aberto por Controladora e Consolidado, percebido até o terceiro trimestre de 2012.



	Controladora	Consolidado
Conselho de Administração	710.000	710.000
Conselho Fiscal	65.300	65.300
Diretoria Executiva	56.000	371.833
Totais	831.300	1.147.133

As Controladas diretas (Valepar S/A e Sulaves S/A) não remuneraram seus administradores até o terceiro trimestre de 2012.

b) Operações de mútuo - Consolidado

Ativo Circulante	30/09/2012	31/12/2011
Ind. Alimentos Arroio do Meio S/A	14.117	8.513
Le Monde Particip e Adm Ltda	3	3
Acionistas e Outros	-	-
Subtotal	14.120	8.516
Ativo Não Circulante		
Ind. Alimentos Arroio do Meio S/A	2.202	20.306
Le Monde Particip e Adm Ltda	382	5.579
SSJ Participações e Represent. Ltda	3.358	4.466
Acionistas e Outros	10.985	10.207
Subtotal	16.927	40.558
Total	31.047	49.074

Passivo Não Circulante	30/09/2012	31/12/2011
Ind. Alimentos Arroio do Meio S/A	16.058	16.681
Le Monde Particip e Adm Ltda	170	5.367
SSJ Participações e Represent. Ltda	1.694	1.695
Acionistas e Outros	6.972	16.000
Serra do Roncador Part. Ltda	33.512	-
Total	58.406	39.743

Os créditos e obrigações entre partes relacionadas não possuem prazos estipulados para recebimento e liquidação e estão condicionados à maximização do fluxo de caixa das empresas. Sobre os contratos de mútuos incidem juros semelhantes aos praticados no mercado.



NOTA 19 - PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS - CONSOLIDADO

A Companhia, e suas controladas, são parte envolvida em processos tributários, cíveis, trabalhistas e de outras naturezas, cujas discussões estão em andamento tanto na esfera administrativa como na judicial. Quando aplicável tais discussões são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para perdas prováveis decorrentes desses processos são constituídas pela Administração, considerando a opinião de seus assessores jurídicos. Em 30 de setembro de 2012, se apresentavam as seguintes provisões para contingências e correspondentes depósitos judiciais:

	Provisã	io para Con	tingencia		Depós	itos Jud	iciais	
	Trabalhista	Cível	Tributária	Total	Trabalhista	Cível	Tributária	Total
Saldo em 31/12/2011	2.206	2.698	281	5.185	974	230	1	1.205
+ Adições	-	-	-	-	284	80	-	364
(-) Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 30/09/2012	2.206	2.698	281	5.185	1.258	310	1	1.569

A Companhia e as suas controladas incluíram a maioria dos passivos tributários existentes em 2009 e 2010 nos parcelamentos advindos das Leis 11.941/2009 e MP 470/2009, convertida na Lei nº 12.249/2010. Com a adesão à MP 470/2009, a Companhia reconheceu a inexistência do Crédito Prêmio IPI – Exportação posterior a 5 de outubro de 1990. Por ocasião do reconhecimento do referido crédito, no exercício de 2006, a Companhia o ofereceu a tributação pelo IRPJ e CSLL, sendo os tributos extintos por compensação, com o mesmo crédito.

Contingências possíveis

Na avaliação dos assessores jurídicos, os processos considerados como de perda possível na companhia e em suas controladas totalizam R\$ 53.555 mil (R\$ 34.522 em 31/12/2011), distribuídos entre processos tributários, cíveis e trabalhistas.

NOTA 20 - CRÉDITO PRÊMIO DE IPI EXPORTAÇÃO

No ano de 2009, com a decisão do Superior Tribunal de Justiça limitando em 05 de outubro de 1990, o direito ao Crédito de incentivo fiscal setorial instituído pelo art. 1º do Decreto Lei nº 491, de 5 de março de 1969, a controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos procedeu ajustes em seu Ativo pela redução do valor referente ao período posterior a 1990 que estava registrado desde o exercício de 2006. O saldo de R\$ 12.313 mil no Ativo Não Circulante decorre da decisão da Companhia em limitar o crédito à decisão do STJ tendo por base parecer dos consultores jurídicos, pois entende que o registro contábil do crédito ocorrido em 2006, ajustado ao que foi limitado pelo STJ, está amparado em decisão judicial definitiva, uma vez que já houve o transcurso do prazo para interposição de ação rescisória, bem como existem normativos legais vigentes à época que asseguram o direito da empresa, o que foi confirmado pelos autos do processo julgado favorável a Minuano.



Considerando a necessidade de manter a segurança jurídica da Companhia e da controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, os débitos cuja compensação foi realizada com a utilização deste crédito foram objeto de dois parcelamentos: O parcelamento especial instituído pela MP 470/09 convertida na Lei nº 12.249/10, e, pela Lei nº 11.941/09.

Durante o ano de 2011 a controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, através de seus assessores jurídicos, efetuou diversos recursos administrativos e judiciais, tendo obtido em maio de 2011, despacho decisório emitido pelo Delegado da Receita Federal de Santa Cruz do Sul, cancelando o Despacho Decisório e os Pareceres emitidos no ano de 2009 que indeferiam o pleito do pedido de Habilitação do Crédito, realizado no ano de 2006. A partir deste momento a Minuano administrativamente retomou a discussão quanto ao reconhecimento deste crédito. Em resposta, a Receita Federal do Brasil se manifestou no sentido de reconhecer o direito ao Incentivo Fiscal (Crédito Premio), com a definição da alíquota de 15% (quinze por cento). Resta ainda, a discussão quanto ao período de fruição do respectivo Incentivo Fiscal.

Em 01/02/2012, a Controlada recebeu acórdão da DRJ (Delegacia Regional de Julgamento da Receita Federal do Brasil de Porto Alegre) indicando a existência do direito de crédito até o ano de 1983, à alíquota de 15%, tendo apresentado os documentos necessários para a homologação do crédito no período já reconhecido pela DRJ. Paralelo a esta ação, a Minuano apresentou recurso ao CARF para que seja estendido o reconhecimento do Crédito até 1990, considerando a decisão do STJ promulgada em 2009.

Diante da segurança jurídica que atualmente envolve a questão, e das disposições contidas na Deliberação CVM n° 594/2010, item 35, a empresa considera que através das compensações já efetuadas, está obtendo os benefícios econômicos decorrentes do direito assegurado judicialmente.

A controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos procedeu às devidas atualizações pela SELIC e compensações do exercício corrente, remanescendo, em 30 de setembro de 2012, um saldo de R\$ 12.439 mil (R\$ 11.978 mil em 31 de dezembro de 2011), registrados no ativo circulante e não circulante. A empresa utilizou por meio de compensações junto à Receita Federal do Brasil os seguintes montantes:



Período	Descrição	30/09/2012	31/12/2011
2000	Compensação com Tributos Federais	355	355
2001	Compensação com Tributos Federais	4.863	4.863
2002	Compensação com Tributos Federais	2.883	2.883
2004	Compensação com Tributos Federais	868	868
2005	Compensação com Tributos Federais	2.518	2.518
2006	Compensação com Tributos Federais	3.547	3.547
2007	Compensação com Tributos Federais	3.225	3.225
2007	Compensação com INSS	-	-
2008	Compensação com Tributos Federais	2.799	2.799
2009	Compensação com Tributos Federais	607	607
2009	Compensação com INSS	1.112	1.112
2010	Compensação com Tributos Federais	3.879	3.879
2010	Compensação com INSS	14.960	14.960
2011	Compensação com INSS	4.312	4.312
2011	Compensação com Tributos Federais	517	517
	Total	46.445	46.445

NOTA 21 - PROGRAMAS DE PARCELAMENTOS FISCAIS - CONSOLIDADO

a) Medida Provisória nº 470/2009

A controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos formalizou em 30 de novembro de 2009, a adesão ao parcelamento de débitos fiscais previstos na Medida Provisória nº 470/2009 convertida na Lei nº 12.249/2010. Este programa permitiu a liquidação de multas, juros e montantes de "principal" dos tributos, com benefícios de até 100% nas multas e 90% nos juros e o restante com créditos tributários de IR e CSLL decorrentes de Prejuízo Fiscal e Base Negativa de CSLL, em montante aproximado de R\$ 61 milhões, aguardando consolidação pelos órgãos competentes.

MP 470/2009	30/09/2012
Passivo tributário objeto da MP 470/2009	61.896
(-) Reduções da MP 470/2009	(24.213)
(-) Montante utilizado do prejuízo fiscal	(37.683)
Total	-



A Companhia e a controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos formalizaram em 21 de setembro de 2009, a adesão ao parcelamento de débitos fiscais previsto na Lei nº 11.941/09, requerendo em caráter definitivo a exclusão de parcelamentos anteriores a esta Lei, sendo que os benefícios econômico-financeiros foram devidamente registrados à época da adesão. Durante o ano de 2010 novos valores foram objeto de requerimento ao mencionado parcelamento, tendo da mesma forma os benefícios financeiros reconhecidos no ano da adesão.

Em 30 de junho de 2011, a Companhia e a controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos efetuaram a consolidação do saldo passível de adesão ao referido parcelamento, independente de parte deste valor ter sido objeto de pedido de parcelamento dentro da modalidade prevista na MP 470/09 (Convertida pela Lei nº 12.249/10), sendo que desta consolidação restaram divergências em relação aos saldos registrados na contabilidade, conforme será apresentado em parágrafo específico na sequência. Contudo, diante do Despacho Decisório DRF/SCS nº 168, de 19/05/2011, a Receita Federal do Brasil revogou o Despacho decisório DRF/SCS/Saort nº 272, de 04/09/2009 e o Parecer/DRF/SCS/RS/Saort nº 126, de 04/09/2009, e determinou a adoção de providencias para apuração do benefício fiscal do crédito prêmio de IPI.

No quadro abaixo, seguem os montantes de débitos fiscais consolidados:

PARCELAMENTO LEI 11.941/2009	Saldos Consolidados
Passivo tributário objeto da Lei 11.941/2009	194.463
(-) Reduções da Lei 11.941/2009	(35.667)
(-) Montante utilizado do prejuízo fiscal	(44.877)
(=) Valor dos passivos tributários após reduções e utilização do prejuízo fiscal	113.919

Incluso ao valor consolidado há valores de Imposto de Renda e de Contribuição Social apurados no ano de 2006, quando do reconhecimento do saldo de Crédito Premio que à época havia sido habilitado pela Receita Federal do Brasil em favor da Companhia Minuano de Alimentos (vide nota 20). Os valores destes impostos estão sendo contestados pela controlada, uma vez que por ter havido o estorno do saldo de créditos apurados em períodos posteriores a outubro de 1990, pela interpretação da empresa em conjunto com seus assessores jurídicos, tal tributo não poderia ser objeto de cobrança por parte da Receita Federal. Em dezembro de 2011, a Companhia Minuano de Alimentos ingressou judicialmente solicitando a interrupção da prescrição deste débito, evitando assim a homologação por decurso de prazo deste valor. O valor dos Passivos Tributários consolidados no Parcelamento Especial da Lei nº 11.941/2009 estão sendo pagos desde o momento da consolidação realizada em junho de 2011, desconsiderando os impostos objeto de discussão por parte da controlada, conforme comentado anteriormente.



NOTA 22 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O Capital Social da Companhia, em 30 de setembro de 2012, é de R\$ 95.594 mil representados por 573.819.104 (quinhentas e setenta e três milhões, oitocentas e dezenove mil, cento e quatro) ações ordinárias. Em 27 de agosto de 2012 o Conselho de Administração da Companhia aprovou um aumento de Capital na ordem de R\$ 36.514 mil, cujo período de subscrição ocorreu entre 30 de agosto de 2012 a 01 de outubro de 2012. Até o encerramento do terceiro trimestre de 2012, houve a subscrição de 66.669.104 (sessenta e seis milhões, seiscentas e sessenta e nove mil, cento e quatro) ações ordinárias ao valor de R\$ 0,18 centavos.

b) Ajuste de Avaliação Patrimonial

Em virtude da adoção integral das normas internacionais de contabilidade, adaptadas através dos CPC's aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), a Companhia passou a possuir registrado em seu Patrimônio Líquido, saldo decorrente de avaliação reflexa ocorrida no imobilizado a custo atribuído de sua controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos.

c) Reserva Legal

Quando aplicável, será constituída Reserva Legal à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, até o limite de 20% do capital social.

d) Dividendos

De acordo com o Estatuto da Companhia, os acionistas têm o direito a dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido do exercício ajustado consoante o disposto no Artigo 202 da Lei n° 6.404/76.

e) Outros resultados abrangentes

Estes valores estão diretamente vinculados à variação percentual da participação da Companhia em suas controladas (diretas e indiretas), ocorrida até o final do terceiro trimestre de 2012.

NOTA 23 - COBERTURA DE SEGUROS - CONSOLIDADO

A Companhia, e suas controladas, têm por política a contratação de seguros para cobertura dos bens sujeitos a riscos. A controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos considera que os valores segurados são suficientes para cobrir eventuais sinistros, conforme demonstrado a seguir:

Descrição	30/09/2012	31/12/2011
Incêndio, Raio e Explosão	35.000	35.000
Vendaval e Granizo	6.000	6.000
Desmoronamento, Danos elétricos e Queda de aeronaves	9.580	9.580
Lucros cessantes	7.000	7.000
Estoques	1.000	1.000



NOTA 24 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS E DERIVATIVOS

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança.

A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade e estão contabilizadas pelo seu valor de mercado. A exposição aos riscos, no entender da companhia, se limita a:

- **a) Risco de Crédito:** É representado pela inadimplência nas suas contas a receber de clientes, que é bastante reduzido devido ao dato de a maioria dos recebíveis serem descontados através das linhas de descontos de títulos mantidas pela Companhia;
- **b) Risco de Preço**: Decorre da possibilidade de oscilação de preços de mercado dos produtos fabricados e dos insumos usados no processo produtivo, e essas oscilações podem provocar alterações substanciais nas receitas e nos custos. A Companhia e suas controladas, para minimizarem estes riscos, acompanham permanentemente os mercados locais e estrangeiros, buscando antecipar-se ao movimento de preços;
- c) Risco de Taxas de Câmbio: Decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas por conta das flutuações cambiais. Atualmente este risco é considerado mediano, pois aproximadamente 50% das vendas são decorrentes de vendas para o mercado externo. Mesmo havendo estes riscos, a Companhia, e suas controladas, não operam com a proteção (hedge) de suas operações que estejam atreladas a dólar, por compreender que se trata de risco administrável;
- **d) Risco de Taxas de Juros**: Decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas pela oscilação destas taxas. Em relação a este risco, é mantido acompanhamento permanente do mercado. A Companhia e suas controladas não atuam no mercado de derivativos financeiros, bem como não possui instrumentos financeiros que não estejam reconhecidos em seu balanço patrimonial em 30 de setembro de 2012.



NOTA 25 - CUSTO E DESPESAS POR NATUREZA - CONSOLIDADO

A Companhia optou por apresentar seus custos e despesas consolidadas por função. Conforme requerido pelas novas normas contábeis, apresenta a seguir, o detalhamento do custo e da despesa consolidada, por natureza:

	30/09/2012			
	Custo dos Produtos Vendidos	Despesas com Vendas	Despesas Administrativas	
Matérias primas e Auxiliares de fabricação	136.650	-	-	
Materiais de embalagem	8.555	-	-	
Salários incorridos	19.640	567	3.145	
Encargos sociais incorridos	7.825	310	773	
Férias e 13º salário incorridos	4.405	115	417	
Benefícios a empregados	4.412	65	168	
Indenizações trabalhistas/Acordos judiciais	512	-	103	
Equipamento de proteção individual	539	8	1	
Serviços 3º/ Industrialização 3º	23.728	1.441	4.370	
Manutenção Industrial/Predial/Elétrica	2.371	27	36	
Energia elétrica	7.275	-	67	
Materiais de limpeza	398	-	23	
Telefonia e transmissão de dados	121	89	109	
Combustíveis e lubrificantes	1.302	78	46	
Comissões sobre vendas	-	1.166	-	
Viagens e estadias	112	146	400	
Taxas e encargos legais	233	758	173	
Armazenagem e movimentação de mercadorias	7	3.316	-	
Fretes rodoviários e marítimos	3.241	16.626	-	
Custos aduaneiros de exportação	-	1.951	-	
Publicidade e propaganda	1	133	-	
Análises laboratoriais	265	10	-	
Provisões para contingencias/PCLD	-	716	-	
Honorários sucumbenciais	-	-	43	
Depreciações	4.551	11	132	
Locações/Aluguéis	837	8	7	
Abatimentos concedidos sobre vendas	-	272	-	
Seguros	224	4	158	
Outros gastos	470	43	278	
Total das despesas por natureza	227.674	27.860	10.449	



	30/09/2011		
	Custo dos Produtos Vendidos	Despesas com Vendas	Despesas Administrativas
Matérias primas e Auxiliares de fabricação	56.338	-	-
Materiais de embalagem	503	-	-
Salários incorridos	24.889	458	2.769
Encargos sociais incorridos	9.395	162	721
Férias e 13º salário incorridos	2.804	64	156
Benefícios a empregados	5.504	59	114
Indenizações trabalhistas/Acordos judiciais	-	-	-
Equipamento de proteção individual	800	-	-
Serviços 3º/ Industrialização 3º	3.676	191	3.160
Manutenção Industrial/Predial/Elétrica	3.368	27	70
Energia elétrica	7.175	-	45
Materiais de limpeza	696	-	17
Telefonia e transmissão de dados	130	71	89
Combustíveis e lubrificantes	1.700	94	50
Comissões sobre vendas	-	648	-
Viagens e estadias	114	37	248
Taxas e encargos legais	99	-	106
Armazenagem e movimentação de mercadorias	-	941	-
Fretes rodoviários e marítimos	2.792	6.922	-
Custos aduaneiros de exportação	-	1.297	-
Publicidade e propaganda	-	43	-
Analises laboratoriais	316	-	-
Provisões para contingencias/PCLD	385	252	-
Honorários sucumbenciais	-	-	-
Depreciações	3.727	8	103
Locações/Aluguéis	326	_	-
Abatimentos concedidos sobre vendas	-	422	-
Seguros	244	-	88
Outros gastos	601	42	316
	125.582	11.738	8.052



NOTA 26- OUTRAS RECEITAS / OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS - CONSOLIDADO

	30/09/2012	30/09/2011
Outras Despesas	(6.921)	(6.116)
Encargos incorridos em passivos fiscais	(1.665)	(4.763)
Despesas gerais incorridas	(593)	(1.194)
Custo de imobilizado vendido/baixado	-	(159)
Provisão para Contingencias	-	-
Reversão de Créditos Tributários	(541)	-
Encargos Parcelamento FGTS	(4.122)	-
Outras Receitas	1.927	15.129
Créditos tributários	398	2.541
Ganhos obtidos com parcelamentos fiscais	-	12098
Receitas gerais auferidas	1.528	435
Receita de venda de imobilizado	-	55
Redução de Passivos Fiscais	1	-
Resultado liquido	(4.994)	9.013

NOTA 27 - RESULTADO FINANCEIRO - CONSOLIDADO

	30/09/2012	30/09/2011
Receitas financeiras	10.871	4.177
Variações cambiais ativas	9.397	3.348
Ganho em renegociações de empréstimos	-	
Descontos financeiros obtidos	245	
Juros ativos sobre impostos	532	449
Juros ativos sobre operações com partes	684	
Outras receitas financeiras	13	380
Despesas financeiras	(19.085)	(11.673)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(2.570)	(5.427)
Juros sobre compra a prazo de fornecedores	(2.417)	(1.344)
Variações cambiais passivas	(7.336)	(2.384)
Variações monetárias passivas de parcelamentos fiscais	(972)	-
Descontos financeiros concedidos	(647)	(7)
Juros incidentes sobre impostos a pagar	-	(1.157)
Deságios na transferência de créditos tributários	(117)	(67)
Juros incidentes sobre operações com partes relacionadas	(1.810)	(146)
Despesas decorrentes de parcelamentos fiscais	(557)	-
Despesas decorrentes de operações financeiras	(2.252)	-
Outras despesas financeiras	(407)	(1.141)
Resultado financeiro, líquido	(8.214)	(7.496)



NOTA 28 - INFORMAÇÕES POR SEGMENTO - CONSOLIDADO

A companhia, através de suas controladas, atua em três segmentos distintos, a saber:

- a) Serviços de industrialização: Neste segmento estão apresentados os resultados obtidos com a prestação de serviços de industrialização a terceiros através das unidades de abate e desossa de aves, produção de rações, criação de matrizes e incubatório de ovos mantidos pela controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos.
- **b)** Embutidos e Industrializados (Carne e Ovos): Estão apresentados neste segmento, os resultados auferidos na industrialização e comercialização de embutidos (patês, fiambres, preparados de carnes);
- **c)** Frigorífico: Neste segmento são apresentados os resultados decorrentes da comercialização dos produtos (frangos inteiros e cortes) resultantes do abate e desossa de aves através de integração própria da controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos;



No quadro abaixo, são apresentados os resultados por segmento de atuação da Companhia e de sua controlada:

			Embu	tidos e	Eniconífic	o - Abate e	Corno	rativo		
	Serviços de Ir	dustrialização		ializados		zação Aves	(Centro Adn		7	Total
	30/09/2012	30/09/2011	30/09/2012	30/09/2011	30/09/2012	30/09/2011	30/09/2012	30/09/2011	30/09/2012	30/09/2011
RECEITA BRUTA DE VENDAS E SERVIÇOS	67.876	50.559	43.851	47.722	148.492	44.009	-	-	260.219	142.290
Impostos e devoluções	(5.608)	(4.455)	(6.056)	(5.344)	(10.978)	(69)			(22.642)	(9.868)
RECEITA LÍQUIDA	62.268	46.104	37.795	42.378	137.515	43.940			237.577	132.422
(-) Custo dos produtos e serviços vendidos	(53.913)	(42.456)	(35.163)	(33.953)	(138.598)	(49.172)	-	-	(227.674)	(125.581)
LUCRO BRUTO	8.354	3.648	2.632	8.425	(1.083)	(5.232)	-	-	9.903	6.841
DESPESAS/RECEITAS OPERACIONAIS										
Despesas com vendas	-	-	(6.303)	(5.626)	(21.557)	(6.112)	-	-	(27.860)	(11.738)
Despesas administrativas	-	-	-	-	-	-	(10.449)	(8.052)	(10.449)	(8.052)
Outras receitas		-	-	-	-	-	1.927	15.129	1.927	15.129
Outras despesas	-	-	-	-	-	-	(6.921)	(6.116)	(6.921)	(6.116)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DOS EFEITOS FINANCEIROS	8.354	3.648	(3.671)	2.799	(22.641)	(11.344)	(15.443)	961	(33.400)	(3.936)
Despesas financeiras	-	-	-	-	-	-	(19.085)	(11.673)	(19.085)	(11.673)
Receitas financeiras	-	-	_	-	-	-	10.871	4.177	10.871	4.177
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS	8.354	3.648	(3.671)	2.799	(22.641)	(11.344)	(23.657)	(6.535)	(41.614)	(11.432)
Provisão para IRPJ e CSSL - Corrente	-	-	_	-	-	-	-	(1.061)	-	(1.061)
Provisão para IRPJ e CSSL - Diferido	-	-	-	-	-	-	8.779	1.913	8.779	1.913
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	8.354	3.648	(3.671)	2.799	(22.641)		(14.878)	(7.596)	(32.835)	(10.580)
Atribuído a Acionistas Controladores									(32.790)	(10.467)
Atribuído a Acionistas não Controladores									(45)	(113)



NOTA 29 - RESULTADOS POR AÇÃO - CONSOLIDADO

Em atendimento ao CPC 31 (IAS 33) aprovado pela Deliberação CVM nº 636 – Resultado por ação, a Companhia apresenta a seguir as informações sobre o resultado por ação para o trimestre encerrado em 30 de setembro de 2012.

a) Movimentação do número de ações:

Quantidade de Ações em 31/12/2011	507.150.000
+ Subscrições ocorridas em 2012	66.669.104
Quantidade de Ações em 30/09/2012	573.819.104

b) Resultado por ação

A integralidade das ações da Companhia é composta por ações ordinárias, não existindo diferenciação na participação das mesmas no resultado. Da mesma forma, a Companhia não possui quaisquer outros títulos que potencialmente possam ser convertidos em ações tais como debêntures, partes beneficiárias de lucros entre outros, tampouco possui ações em tesouraria, desta forma apresenta o mesmo valor do prejuízo básico e diluído por ação.

Quantidade de Ações em 30/09/2012 (em milhares)	573.819
Resultado do exercício (em R\$ mil)	(32.835)
Resultado por ação básico e diluído	(0,05722187)

NOTA 30 - RECONCILIAÇÃO DA APURAÇÃO DO IRPJ E DA CSLL DIFERIDOS

Abaixo, segue quadro que apresenta a reconciliação do IRPJ e da CSLL que a controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos mantém os créditos fiscais decorrentes destas bases devidamente registrados como seus ativos.

	30/09/2012	30/09/2011
Resultado antes do IR/CSL	(38.687)	(5.660)
<u>+ Adições</u>		
Adições diversas	200.323	31.432
(-) Exclusões		
Reversão de adições/Exclusões	(187.455)	(30.312)
Prejuízo Fiscal/Base Negativa de Contribuição Social	(25.819)	(4.540)
	30/09/2012	30/09/2011
Saldo de IR/CSL Diferido decorrente de Prej. Fiscal e Base Negativa	8.778	1.543
+ Constituição de IR/CSL Diferido sobre Contingências	-	-
Saldo de IR/CSL Diferido registrado no resultado	8.778	1.543



NOTA 31 - FATO RELEVANTE

Em 09 de agosto, a Companhia informou através de fato relevante ao mercado que rescindiu o Memorando de entendimentos firmado junto a AGOSTINHO CARRER PARTICIPAÇÕES LTDA e sua controlada FRIGORÍFICO NOVA ARAÇÁ LTDA, visando o estabelecimento de condições iniciais para uma possível integração operacional e societária das empresas.